XXI ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
50 anos de Ciência da Informação no Brasil: diversidade, saberes e transformação social
Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

BIBLIOTECAS ESCOLARES E POLÍTICAS PÚBLICAS: MAPEAMENTO DA LEI 12.244 NA CIENCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

SCHOLAR LIBRARIES AND PUBLIC POLICIES: MAPING LAW 12.244 IN LIBRARIANSHIP AND INFORMATION SCIENCE

Iranildo Júnior de Souza Pinheiro – Universidade Federal do Pará (UFPA)
Hamilton Vieira de Oliveira – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Objetiva mapear a Lei 12.244/2010 na literatura da Ciência da Informação e Biblioteconomia, entre 2010-2020, na BRAPCI e LIBES. O mapeamento sistemático recuperou 62 registros e selecionou 45 estudos, nos quais verificou-se um aumento geral nas pesquisas que abordam a lei, apesar de queda entre 2017 e 2020. Amplamente, os estudos dividem-se, principalmente, entre diagnósticos, projetos ou modelos de implantação de bibliotecas escolares ou de suas redes no país; investigações teóricas desde o histórico das políticas públicas da biblioteca escolar, análises do texto da lei e discussões de perspectivas para desenvolvimento e execução de tais políticas para as bibliotecas escolares brasileiras.

Palavras-Chave: Bibliotecas escolares; Políticas públicas; Lei 12.244/2010; Comunicação científica.

Abstract: Aims to map the Law 12,244/2010 in Information Science and Librarianship literature, in between 2010-2020, at BRAPCI and LIBES. The systematic mapping retrieved 62 records and selected 45 studies, in which there was a general increase in research addressing the law, despite a drop between 2017 and 2020. Broadly, the studies are mainly divided into diagnoses, projects or implementation's models of school libraries or its networks in Brazil; theoretical investigations of public-school library policies history, the law text analysis and discussions on perspectives for development and implementation of such policies for Brazilian school libraries.

Keywords: School libraries; Public policy; Law 12.244/2010; Scientific communication.

1 INTRODUÇÃO

A lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010 decreta, em seus artigos iniciais, a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições dos sistemas de ensino público e privado no país. A legislação define, no segundo de seus quatro artigos, o conceito de biblioteca escolar, como “coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados

em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura" (BRASIL, 2010, não paginado).

A lei também estabelece o tamanho mínimo de acervo de livros (um por aluno matriculado), o texto ainda faz referência ao Bibliotecário, citando as leis que regulamentam essa profissão e estipula o prazo de 10 anos para o cumprimento de seus termos, que expirou em maio de 2020 (BRASIL, 2010).

A presença e discussão da lei na comunicação científica não foi instantânea, Campello et al. (2016) apontam que as publicações sobre a lei na literatura eram limitadas, pelo menos até abril de 2014[1]. Os autores buscaram verificar os reflexos da promulgação da lei de universalização de bibliotecas escolares na comunicação técnica e científica a partir dos acervos da Literatura Brasileira em Biblioteca Escolar (LIBES), da Base PERI e da Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), em que analisaram 6 pesquisas (4 artigos, 1 trabalho apresentado em evento e 1 dissertação) e concluíram que "embora em pequeno número, os textos abordaram uma gama de aspectos que esclareceram as principais questões relativas à Lei." (CAMPELLO *et al*., 2016, p.47).

No ano seguinte, Zimmermann, Paula e Ohira (2017) publicam novamente uma análise da produção científica sobre a Lei 12.244/2010, recuperando 14 artigos na LIBES, BRAPCI e *SciElo*. Enquanto Oliveira e Souza (2019) analisaram o impacto da lei nas produções científicas das comunicações do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e apontaram que "nota-se o efeito do documento normativo sobre os estudos da informação no âmbito do ENANCIB".

Dada a importância da biblioteca escolar, cujo potencial está associado à sua efetiva participação no percurso educativo do cidadão, instruindo e garantindo competência informacional ao aluno em formação, propiciando instrumentos para transformação social, sinaliza-se a relevância da análise da produção relacionada à Lei, que garante a universalização desse instrumento nas escolas do país.

Assim como o aumento da sua presença como tema de produções científicas, indo de 3 para 14 artigos publicados, como verificado a partir das revisões anteriores. E, o impacto da lei nas comunicações dentro da temática biblioteca escolar do ENANCIB. Nesse contexto, esta pesquisa busca verificar se a abordagem da Lei nº 12.244/2010 seguiu crescendo na

[1] Recorte final da coleta de dados do estudo em questão: maio/2010 – abr./2014 (CAMPELLO et al. 2016).

literatura científica nacional, e em caso afirmativo, como ela evoluiu na área da Ciência da Informação e Biblioteconomia desde a sua promulgação.

Logo, pretende-se identificar e analisar os artigos científicos e trabalhos apresentados em eventos que tratam da referida legislação, publicados desde a sua sanção, em maio de 2010 até dezembro de 2020 em periódicos científicos e eventos científicos da área da Ciência da Informação, descrever e discutir os autores, ano de publicação, periódicos e eventos científicos desses estudos, e mapear as temáticas da produção científica nas revistas indexadas na BRAPCI e no acervo da LIBES.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo descritivo, de abordagem majoritariamente quantitativa, se deu por uma pesquisa bibliográfica, do tipo mapeamento sistemático, partindo da definição e descrição do protocolo de revisão sistemática de literatura (Quadro 1).

Quadro 1 – Protocolo de revisão sistemática de literatura.

Título	Mapeamento da literatura científica sobre a Lei 12.244/2010 na Ciência da Informação e Biblioteconomia.
DESCRIÇÃO	Levantamento de estudos sobre a lei de obrigatoriedade de bibliotecas nas escolas brasileiras.
OBJETIVO	Identificar e analisar os artigos científicos que abordam a Lei 12.244/2010, analisar os autores, ano de publicação, periódicos e temática dos estudos selecionados e mapear as abordagens temáticas.
QUESTÕES NORTEADORAS	Quais são os estudos e publicações sobre a Lei 12.244/2010? Quem são os autores, periódicos e eventos que abordam a Lei 12.244? Quais são as abordagens temáticas dos estudos?
POPULAÇÃO	Estudos que apresentam os descritores no título, resumo ou palavras-chave.
RESULTADOS	Apresentar, descrever e discutir os dados dos estudos selecionados.
DESCRITORES	12.244; 12244; 12244 OR 12244
CRITÉRIO	Pesquisas dentro do período de 2010, promulgação da lei, e 2020.
IDIOMAS	Português.
MÉTODOS DE PESQUISA NAS FONTES	Definir as estratégias de busca; realizar o levantamento de dados nas bases de dados; aplicar os critérios de exclusão e tabular os resultados.
FONTES	BRAPCI e LIBES.
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	Presença de descritor no título, resumo ou palavras-chave. Publicação (artigo ou trabalho científico) de revista ou evento científicos das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação.

	Disponível em texto completo. Período: 2010-2020.
CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	Ausência de resumo e palavras-chave.
CAMPOS DE EXTRAÇÃO DE DADOS	Título, resumo e palavras-chave.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A definição dos descritores partiu dos dois estudos prévios de revisão citados anteriormente. Zimmermann, Paula e Ohira (2017) utilizaram a expressão formal que designa a numeração e ano da legislação em questão, "Lei n° 12.244/2010", com a palavra "lei", abreviação de número (n) e os caracteres de sinal de grau (°) e barra (/). A partir disso foram realizadas buscas pelo descritor e suas variações (Tabela 1).

Tabela 1 – Buscas iniciais com os descritores baseados em Zimmermann, Paula e Ohira (2017).

Base de dados	Lei n° 12.244/2010	Lei n° 12.244/10	Lei 12.244/2010	Lei 12244/2010	Lei 12.244/10	Lei 12244/10	12.244/2010	12244/2010	12.244/10	12244/10
BRAPCI	5	4	58	46	56	46	574	562	330	304
BRAPCI (com aspas)	1	0	12	0	7	0	577	565	330	304
LIBES	0	0	1	0	3	0	1	0	5	0
LIBES (com aspas)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

As buscas na BRAPCI apresentaram alta revocação (Tabela 1), pois a base pesquisava individualmente os números separados pela barra, mesmo entre aspas, incluindo inúmeros títulos que apresentavam apenas "2010" ou "10". Enquanto na LIBES, as mesmas expressões geraram baixo ou nenhum resultado, este último quando utilizado aspas duplas nos descritores.

Baseado em Campello *et al.* (2016), que utilizaram a expressão "Lei 12.244" optou-se por simplificar as expressões de busca, e também usar o operador boleano "OR", que recuperou poucos títulos na BRAPCI e nenhum na LIBES.

Tabela 2 – Resultados das buscas com os descritores de acordo com a base de dados

Descritor	BRAPCI	LIBES	TOTAL
12.244	39	14	53
12244	5	1	6
TOTAL	57	15	62

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A coleta de dados foi realizada em 01 de junho de 2021, nas bases de dados especializadas, BRAPCI[2] e LIBES[3], pelos descritores “12.244” e “12244” (Tabela 2), pela busca no título, resumo e palavras-chave e recuperando 62 resultados.

Foram definidos como critérios de inclusão, o tipo de documento, artigos de periódicos científicos e trabalhos completos apresentados em eventos científicos; a área de conhecimento, Ciência da Informação e Biblioteconomia; e recorte temporal, entre 2010 e 2020. E como critério de exclusão, a seleção de títulos duplicados e não disponíveis em texto completo. Além disso, foram excluídas publicações que não apresentavam informações comuns aos demais títulos (como resumo e palavras-chave). (Figura 1).

A etapa de seleção tomou como critérios de exclusão, inicialmente, a identificação de títulos duplicados, e os que não estavam disponíveis em texto completo. Além disso, foram excluídas publicações de revistas que não eram da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia ou que não apresentavam informações comuns aos demais títulos (como resumo e palavras-chave). Assim como foi excluído dentre os resultados um relatório do VII Fórum Estadual de Bibliotecas Escolares de Florianópolis no processo de coleta e seleção de dados (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma das etapas de coleta e seleção de dados de acordo com o PRISMA.

Fonte: Adaptado de PAGE *et al.* (2021).

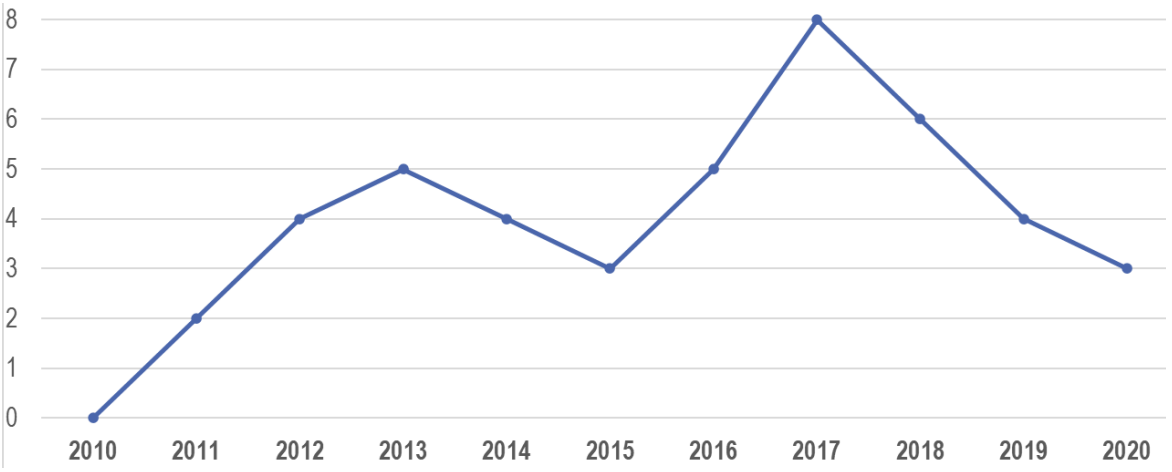
Aplicados os critérios de exclusão, 44 estudos formaram o corpus de pesquisa, aumento considerável comparado aos 6 e 14 artigos de pesquisas prévias já citadas, relativas aos períodos de 2010-2014 e 2010-2017, respectivamente.

[2] https://brapci.inf.br/
[3] http://libes.eci.ufmg.br/

3 RESULTADOS

Nesta seção apresentamos os dados bibliométricos dos estudos que compõem o corpus dessa pesquisa. Os 45 estudos foram publicados entre os anos de 2011 e 2020, nenhum estudo foi publicado no ano de sansão da lei, os dois primeiros datam do ano seguinte, 2011. Seguido de estabilidade entre 3, 4 e 5 publicações por ano, entre 2012 e 2016, com aumento para 8 estudos em 2017 e queda gradual nos anos seguintes, com 6, 4 e 3 estudos em 2018, 2019 e 2020 (Figura 2).

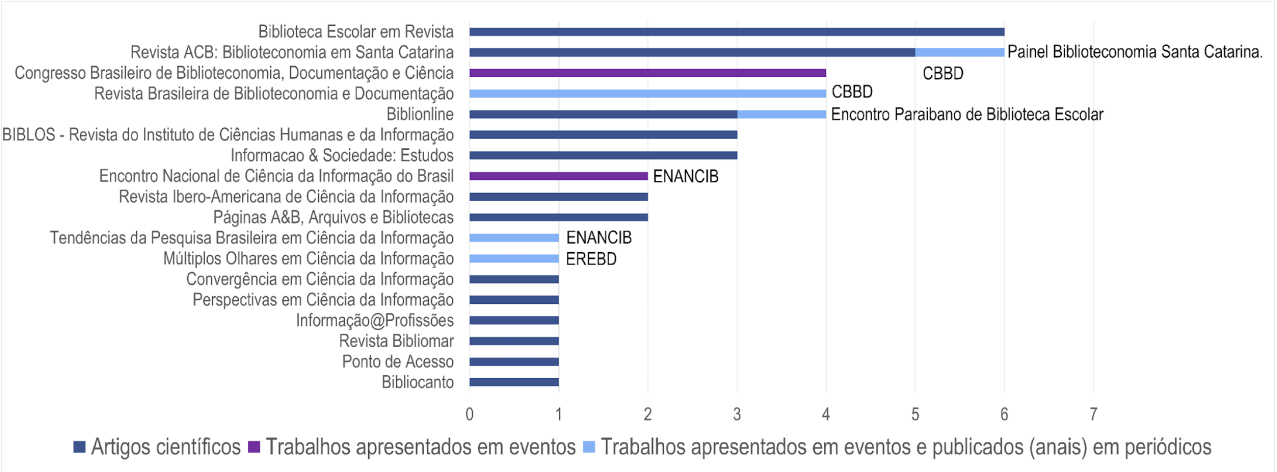
Figura 2 – Quantidade de estudos de acordo com o ano de publicação.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quanto às fontes de publicação os títulos se apresentaram em 16 revistas (das quais 5 delas trazem os anais ou trabalhos de eventos científicos publicados) e 2 eventos científicos (Figura 3). Dentre os 44 títulos selecionados, são 30 artigos de periódicos científicos e 14 trabalhos apresentados em eventos científicos (Figura 3).

Figura 3 – Quantidade de estudos de acordo com o periódico e evento científico.



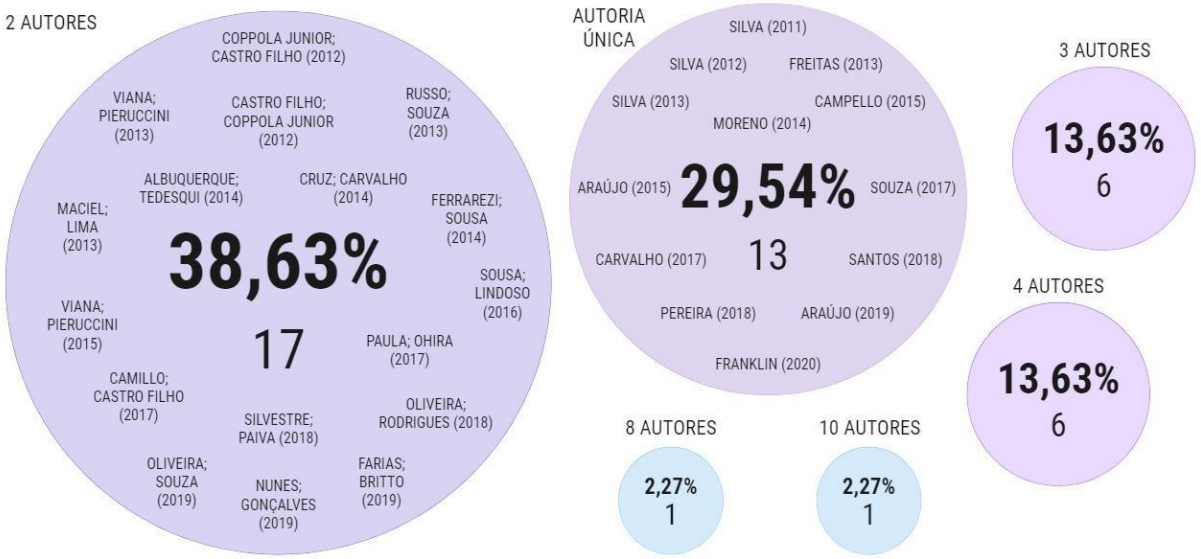
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Dentre os periódicos, destacam-se a Biblioteca Escolar em Revista", com 6 artigos, publicação especializada na biblioteca escolar, assunto diretamente relacionado com a Lei 12.244/2010. A Revista ACB com 5 artigos e 1 trabalho de evento. Em seguida a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação com 4 trabalhos apresentados em evento, e Biblionline, com 4 artigos. E, com 3 artigos cada, as revistas Biblos e Informação & Sociedade: Estudos. Apresentam-se mais duas revistas com duas publicações cada e, por fim, seis periódicos cada um com um único artigo.

Dentre os estudos recuperados, 15 foram apresentados em eventos científicos, 8 trabalhos apresentados no Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência (CBBD), sendo que 5 desses foram publicados na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; 3 trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), sendo que 1 foi veiculado pela revista Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação.

Quanto à autoria dos trabalhos, predominam as publicações em colaboração, que abrangem 38,63% dos resultados, seguida da autoria individual em 13 estudos (Figura 4). Ainda presente a publicação com grupos de 3 e 4 pesquisadores responsáveis por 6 títulos cada, e trabalhos esporádicos com mais de cinco autores, com apenas 1 artigo com 8 e mais um com 10 pesquisadores na autoria, sendo este último um estado da arte que conta com a participação de inúmeros integrantes do Grupo de Pesquisa em Biblioteca Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (GEBE/UFMG).

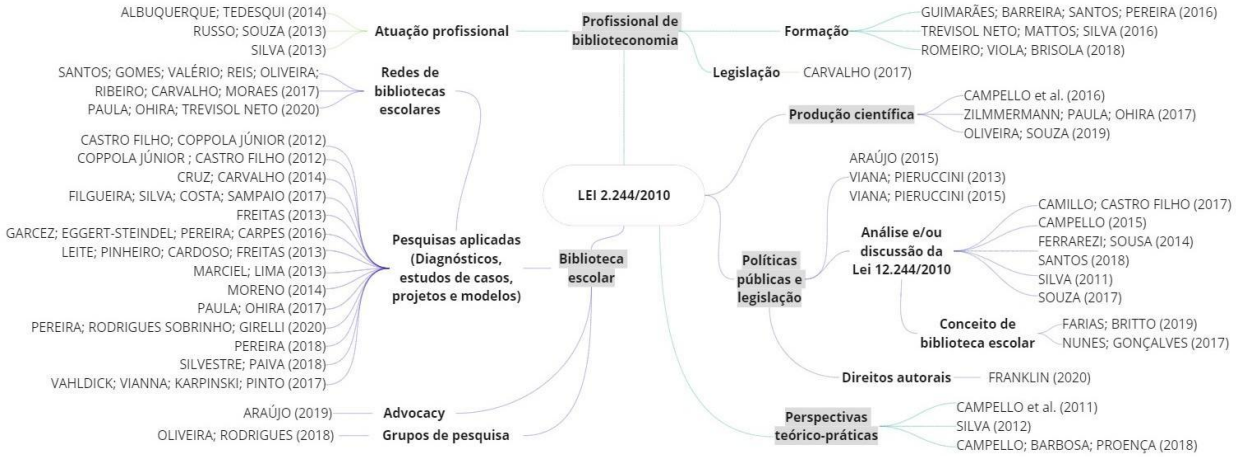
Figura 4 – Quantidade e porcentagem de estudos de acordo com a quantidade de autores.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

As abordagens temáticas das pesquisas que formam o corpus desse estudo (Figura 5) constituem-se basicamente de pesquisa aplicada em bibliotecas e redes de bibliotecas escolares e pesquisa básica com discussão teórica e análise do texto da lei, ou de um aspecto presente nos seus quatro artigos (conceito/definição de biblioteca escolar, profissional bibliotecário na escola, sua formação e atuação profissional) e as perspectivas teórico e práticas a partir da Lei 12.244, com a definição de parâmetros para bibliotecas escolares e produção de discurso científico que contribua para o desenvolvimento de políticas públicas de leitura e da biblioteca escolar no país.

Figura 5 – Mapa de distribuição temática dos estudos sobre a Lei 12.244/2010.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Os estudos que tratam do profissional bibliotecário, indicados na Figura 5, se relacionam com a citação das legislações que regulamentam a profissão no texto da Lei 12.244/2010, que aponta o Bibliotecário para atuar no ambiente da biblioteca escolar, o que abre um espaço promissor no mercado de trabalho, sob a perspectiva da promessa de vagas para bibliotecários nas escolas. Outro aspecto tratado é o debate da formação profissional e a contribuição do Ensino Superior de Biblioteconomia na modalidade de ensino à distância e a análise desses cursos em vista da formação qualificada de profissionais para suprir a demanda requerida, no caso de cumprimento da obrigatoriedade de bibliotecas nas escolas como previsto na lei.

No tópico de políticas públicas e legislações apresentam-se os estudos que recuperam o histórico das políticas voltadas para o livro, a leitura e, principalmente, a biblioteca, traçando a trajetória que culmina na Lei 12.244. Com discussões voltadas especialmente para a lei, analisando seu texto e suas problemáticas. Além disso, o

levantamento revelou pesquisas que partem do texto da Lei 12.244/10 para analisar outras leis em discussão no poder legislativo brasileiro ou para traçar possibilidades de aplicá-las.

Outro debate presente é sobre o planejamento e/ou desenvolvimento de projetos de redes de bibliotecas escolares municipais e estaduais; essa categoria apresenta modelos desse tipo de biblioteca, visando à realização do processo de implementação da legislação em diversos lugares, como nos Estados de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul e nas cidades de Jardinópolis e Ribeirão Preto em São Paulo, João Pessoa na Paraíba, Juazeiro do Norte no Ceará, Jaraguá do Sul e Florianópolis em Santa Catarina e Manaus no Amazonas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta investigação foi possível mapear as pesquisas que abordam a Lei 12.244 na literatura científica específica das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação e verificar a contribuição científica proveniente das publicações científicas e comunicações em eventos científicos.

Está claro que os debates em torno da Lei 12.244, como os que aparecem nos trabalhos examinados, oportunizam reflexões e apresentam contribuições para o avanço de conquistas legais nessa área como se constata pelos inúmeros projetos de lei que tratam da biblioteca escolar, propondo, por exemplo, a alteração desse conceito, a ampliação de prazo para cumprimento da lei e a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares.

Outra contribuição do estudo, para além das descrições de autoria e de assuntos presentes na literatura, diz respeito ao fortalecimento dessa discussão no contexto da definição de políticas públicas para as bibliotecas escolares nas diferentes dimensões de governo. Nesse sentido, são muitos os insumos teóricos produzidos pelos pesquisadores da área, que podem favorecer o embate político pela garantia de implantação de bibliotecas nas escolas, sendo esta uma causa fundamental para a qualidade da educação e para o desenvolvimento social.

A despeito da importância das necessárias conquistas na legislação como parte de uma política pública de acesso à informação e a cultura, neste caso em particular no contexto dos sistemas de ensino, vale lembrar que são muitas as possibilidades de avanços alavancados por profissionais competentes e comprometidos, que pela sua ação cotidiana ou por meio de projetos criativos, consolidam as bibliotecas das escolas em que atuam como um diferencial de qualidade sob a proteção das comunidades beneficiadas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 25 maio 2010. PL 324/2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 09 abr. 2021.

CAMPELLO, B.S., *et al*. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador; v. 10, n. 2, p. 39-58. 2016. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653. Acesso em: 01 maio 2021.
OLIVEIRA, D. S.; SOUZA, E. G. Biblioteca escolar e regime de informação: a Lei n.º 12.244/2010. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20, 21 a 25 out. 2019, Forianópolis, SC. **Anais** [...]. Florianópolis, SC. 2019.

PAGE, M.J. *et al*. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **Systematic Review**, v 10, n. 89, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s13643-021-01626-4. Acesso em: 15 maio 2021.

ZIMMERMANN, J.R.; PAULA, V.C.; OHIRA, M.L.B. Avanços, perspectivas e limitações da lei n° 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do Estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 2, especial, p. 161-179, abr./ jul., 2017. (Anais do 35º Painel Biblioteconomia Santa Catarina. Chapecó). Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1305. Acesso em: 01 maio 2021.